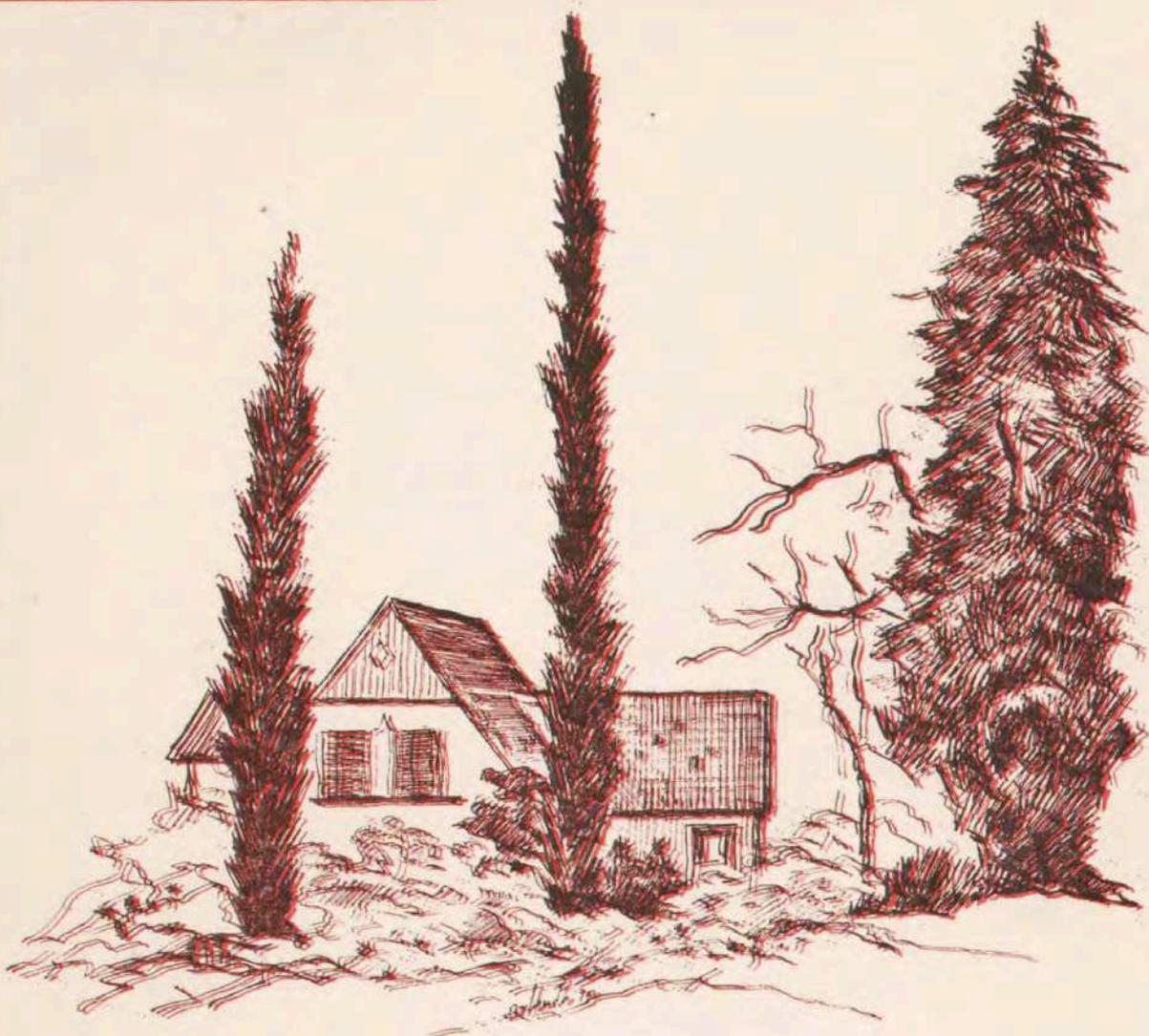


TAXA PAGA



Blumenau

em cadernos

TOMO XII - ★ JUNHO DE 1971 ★ - Nº. 6

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústria Têxtil Companhia Hering S/A.

Artex S.A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S.A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S.A.

Tecelagem Kühnrich S.A.

Electro Aço Altona S. A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S. A.

Blumenau

em Cadernos

TOMO XII

Junho 1971

Nº. 6

AINDA A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ

Em razão de vários artigos publicados no brilhante semanário Itajaiense «JORNAL DO POVO», o diretor de «Blumenau em Cadernos», J. Ferreira da Silva, dirigiu ao jornalista Abdon Foes a nota que transcrevemos a seguir:

«O seu excelente semanário, o «Jornal do Povo», tem, últimamente, publicado vários artigos sobre o discutido tema da fundação da cidade de Itajaí. O meu modesto nome vem destacado em constantes citações dos ilustrados articulistas.

Muito longe de sentir-me melindrado com alguns tópicos desses artigos, onde se me atribuem fatos, atitudes e afirmações que, absolutamente, não se acomodam à realidade, alegro-me que intelectuais itajaienses (e os há tantos e tão brilhantes) comecem a tomar interesse na busca da verdade sobre o fundador dessa linda e próspera cidade. Ainda bem!

Eu não gostaria de tornar a esse assunto, sobre o qual já tenho escrito e falado ao ponto de saturação. E só a estima e a consideração que me merecem itajai-

enses, que me honram com a sua amizade, e a simpatia que alimento por Itajaí levam-me a escrever-lhe estas linhas, para as quais peço acolhida nas colunas do seu conceituado hebdomadário.

Quando - e isso há decênios atrás - contestei, em artigos de imprensa e em livros, a interpretação dada por Marcos Konder a algumas passagens das «Anotações» de Vasconcelos Drummond à sua biografia, não o fiz senão depois de acurados estudos e pesquisas. Passei meses no Arquivo Nacional, onde descobri interessantes documentos a que dei publicidade em «Blumenau em Cadernos», sob o título de «As terras do Itajaí e Vasconcelos Drummond».

Marcos Konder foi levado ao lamentável equívoco, expresso na sua «Pequena Pátria», pelo fato

de que Drummond, nas suas «Anotações» não fez distinção entre o Itajaí Mirim e o Itajaí Açu. E isso era, nele, perfeitamente justificável, pois, analisada aquela documentação, Drummond nunca esteve às margens do Açu e, nem mesmo, chegou a avistá-las.

Para demonstrar, à luz das muitas provas que reuni, a verdade dessas e das demais afirmações que venho fazendo, eu teria que tomar muito do seu precioso tempo e do não menos valioso espaço do seu jornal e, possivelmente, sem outro resultado que provocar novas, desarrazoadas e estéreis discussões.

O meu intuito, com êste, é, apenas, dizer àqueles que contestam as conclusões a que cheguei, que não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história. História tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis.

E quando eu afirmei que Drummond veio, em 1820, a Santa Catarina, para tomar posse de umas sesmarias no ITAJAÍ MIRIM e, nelas, formar um estabelecimento, baseei-me no Aviso de 5 de fevereiro daquele ano, do Ministro do Reino, Tomás da Vila Nova Portugal. E transcrevi, na íntegra, êsse Aviso.

Ninguém, até hoje, contestou a validade de tal documento que é a prova provada de que foi no ITAJAÍ MIRIM e não no nosso grande Itajaí, que Vasconcelos deveria fundar uma colônia (mas onde não fundou coisa nenhuma).

Além disso, dei publicidade a uma carta do próprio punho de Vasconcelos Drummond ao Ministro Portugal, datada de Destêrro, em 19 de março de 1820, em que

êle, além de outras coisas, informa que «estava à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM».

E, ainda mais, dei publicidade ao mapa «da medição e demarcação militar de duas sesmarias duma légua quadrada cada uma, no rio TAJAHY MIRIM, pertencentes a el rei», a que se refere o citado Aviso do Ministro do Reino, de fevereiro do mesmo ano de 1820.

Acredito que ninguém poderá, honestamente, pôr em dúvida a veracidade desses documentos.

Os Avisos de 4 de fevereiro de 1820 (que mandou medir as terras do ITAJAÍ MIRIM e o do dia seguinte, 5 (que determinou a Drummond fôsse tomar posse dessas terras) podem ser encontrados em qualquer publicação oficial da época, existente no Arquivo e na Biblioteca Nacional.

O original da carta de Drummond ao Ministro Portugal, achase no Arquivo Nacional, na Caixa 376/6, Departamento Administrativo, onde poderá ser examinada.

E, finalmente, o mapa da medição das terras onde Drummond deveria fundar um povoado, a que seria dado o nome de «São Tomás da Vila Nova», em homenagem ao Ministro, encontra-se no Departamento de Geografia e Cartografia de Florianópolis e foi reproduzido pelo Prof. Osvaldo Cabral, no seu livro «Brusque».

Há necessidade de mais alguma prova?

E que documentos apresentaram aqueles que contestam as minhas afirmações? Nenhum, além das «Anotações» do próprio Drummond, que não merecem fé alguma, conforme provei à sociedade.

Atacar-me, criticar-me, atribuir-me sentimentos de animosidade

contra Drummond, não vêm afirmar nem provar nada. Servem, apenas, para lançar maior confusão nos espíritos jejunos de conhecimentos históricos e do passado da nossa terra.

E para pôr um fim a essa ce-leuma tôda, em face de uma evi-dência que sòmente não enxergam os cegos, eis a opinião dos três maiores historiadores catarinenses a respeito:

«Lí, com o máximo interêsse, o seu trabalho acêrca de Menezes Vasconce-los Drummond, o suposto fundador de Itajaí. Em artigo que publiquei no «Es-tado», desta capital, a 17 de julho de 1950, sob o título «Vasconcelos Drummond em Santa Catarina e na Bahia», deixei transparecer a minha dúvida sòbre o assunto... E nada nos leva a supôr que o local em que Drummond se estabelecera fôsse próximo à foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade dêsse nome». (Carlos da Costa Pe-reira, em carta de 8 de setembro de 1958).

«Pelo que vejo, o estudioso major Konder (Marcos Konder) continua a «malhar em ferro frio», sem trazer argu-mentos novos e convincentes à tese que vem, infrutuosamente, advogando. Lí e muito apreciei a magnífica refuta-

ção que faz ao opiniático parecer de Marcos Konder a respeito da fundação de Itajaí pelo patriota Drummond. Além de bem escudada, achei-a justa, lógica, irrefutável. Estou plenamente ao seu lado». (Almirante Lucas A. Boiteux, em carta de 14 de janeiro de 1959).

«Eu não terei dúvidas em subscrever as suas conclusões. Tudo leva a acei-tar o local sòbre o Itajaí Mirim, e não a fóz do Itajaí Açu, como aquêle cha-mado apenas Itajaí pelo instável Drummond». (Prof. Dr. Osvaldo Cabral, em carta de 16 de abril de 1971).

E, de inhapa, mais esta:

«Por todos os motivos expostos che-ga-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, apesar dos seus grandes mé-ritos, a glória de fundador de Ita-jaí. (Almirante Carlos da Silvei-ra Carneiro, em memorial de 8 de novembro de 1968, dirigido à Câmara Municipal de Itajaí).

Em vista de tudo isso, só mes-mo os que fizerem questão de negar por negar, poderão conti-nuar acreditando na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcelos Drummond.»

—X—

A maior parte do território que constitui, atualmente, o Es-tado de Santa Catarina, fazia parte da Capitania de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso, fundador de S. Vicente.

—X—

O govêrno de Santa Catarina foi ocupado por Comandantes até 1738; daí em diante até 1822 por governadores; des-te último ano, até a proclamação da República por presi-dentes da Província. De 1889 para cá por governadores e pre-sidentes.

Nossa Casa Em Blumenau

Cristina Blumenau

Pequena e bem modesta era a casa para onde o nosso pai trouxe mamãe, em novembro de 1869. Muitos aborrecimento custou-lhe o não poder oferecer-lhe uma casa mais bonita. Mamãe estava acostumada a muitas comodidades na grande residência de seu pai, em Hamburgo.

Mais de quatro anos papai esteve ausente de Blumenau, pelo que muita coisa ficou ao abandono em sua casa e foram necessários muitos esforços, a princípio, para torná-la novamente habitável.

Papai sempre alimentou a idéia de fazer uma nova e bonita casa no alto do Morro do Aipim, que lhe pertencia. Ainda há plantas a respeito e teria sido, realmente, lindo e agradável se tudo tivesse dado certo. Mas o tempo foi passando e a construção ficou em projeto, pois, os meios para concretizá-la tomaram destino mais urgente e necessário.

Mamãe compreendeu isso. Sentia-se bem, apesar da simplicidade de tudo.

Que vida feliz levávamos em nossa casa! Ela era um paraíso para nós, crianças. E não só a casa, mas também tudo ao redor dela.

Construída ao rés do chão, sem porão, tinha apenas assoalho de madeira nos quartos. Como é costume nos trópicos e também em Blumenau, por causa do grande calor, os dormitórios são separados da cozinha por um corredor largo e aberto aos lados. Na casa da

frente havia duas peças, um que servia de sala de estar e e outra de quarto de dormir. Mais tarde, com o aumento da família, foi construído mais um cômodo. Êste ficava um pouco mais alto, alguns degraus acima da sala de estar. Assim pôde-se construir, por baixo dêle, um pequeno porão.

A casa era coberta de taboí-nhas, o que lhe dava uma bonita aparência. Largas grades de madeira, pintadas de verde, protegiam as janelas, e os quartos do lado do sol, e do calor. Atrás da casa ficava a grande cozinha e, ao lado, a enorme e bonita sala de jantar, onde também, nós, as crianças, tínhamos os nossos brinquedos e onde permanecíamos a maior parte do tempo. Atrás disso tudo, ainda havia dois quartos. O cômodo de trás ficava um degrau acima do anterior para que o ar pudesse circular livremente por baixo, o que por causa do calor, parecia bem mais prático.

Interessados e, ao mesmo tempo, sentindo arrepios, nós observávamos os grandes lagartos, de metro de comprimento, que entravam e saíam de baixo dêsse cômodo. Tão modesto, como os compartimentos de casa, era o mobiliário que, entretanto, tinha em si algo de alegre. Lembro-me, ainda, da bonita «chaise lóngue», estufada em couro que havia no quarto de dormir e na qual papai costumava descansar à noitinha, lendo jornais e livros, enquanto mamãe, sentada a uma mesa ao

lado, em uma poltrona de couro, sempre ocupada, à luz do lampião, completava um quadro de verdadeira ternura e felicidade. Comumente, ela nos encantava com lindos hinos tocados ao harmônio.

Das paredes pendiam fotografias dos parentes mais chegados. Pouco mais, além da mesinha de costura, pequenos armários e cadeiras, havia na sala.

A casa ficava afastada da rua, no fundo do jardim, onde nosso pai encontrava alívio dos trabalhos e incômodos de seus dias inteiros de constantes preocupações.

Muitas vezes - e isso era muito comum mesmo - tínhamos, nós, as crianças que ir buscá-lo da casa da Direção, para o almôço, porque êle não via jeito de abandonar o trabalho que tinha pela frente, antes de terminá-lo completamente, esquecendo-se do tempo e de tudo.

O maior prazer de papai era o seu jardim e, neste, êle punha o seu grande interêsse. Ainda me lembro bem com que alegria aos domingos, pela manhã, êle saía para o jardim para cortar flôres que mamãe arranjava em vasos ou em artísticas corbelhas. A ninguém êle dava essa grande alegria. As rosas eram as suas flôres prediletas, especialmente as vermelho-escuras e as rosas-violeta de delicado perfume. O nosso jardim era mesmo uma jóia, no qual a gente tinha mesmo que sentir íntima alegria.

O conhecido viajante, embaixador suíço, Barão von Tschudi, chamou-o de jardim botânico e não sem razão. Hoje o jardim não existe mais, pois a grande enchente de 1880, destruiu-o completamente. Ali eram cultivadas plantas mandadas buscar de outras partes do mundo. E não era

apenas no seu jardim que papai plantava as suas preciosidades botânicas. Encontrava lugar para muitas no parque do seu sobrinho e vizinho Victor Gaertner.

Eu e meus irmãos herdamos de papai o grande amor pela natureza. Se eu tivesse conhecimentos de pintura, poderia ainda desenhar perfeitamente o nosso jardim, tal a impressão que êle me deixou, apesar de eu ser, então, ainda muito criança.

Uma cêrca rodeava o jardim, quase todo plantado de lindas espécies. Rosas côr-de-rosa bordavam o caminho fronteiro, entrelaçadas em jasmineiros, cujas flôres, estreladas, ao serem colhidas, soltavam uma seiva leitosa. Dracenas e outros arbustos floresciam por tôda parte e ia-se através do jardim sob um verdadeiro «arco do triunfo», formado por umas plantas de grandes flôres amarelas. No inverno, floresciam, junto ao cercado, lindas fúscias, heliotrópios, camélias simples, vermelhas, azáleas e outras. Todos os canteiros eram rodeados de uma variedade de êrica, que ali era nativa, de pequenas flôres brancas.

Majestosas palmeiras-de-leque formavam um magnífico caramanchão, servindo de fundo a uma pequena elevação formada de pedras e onde cresciam gloxinias e gesnérias, caládios e outros e, como o mais bonito, um imponente cactus, de grandes flôres brancas onde os colibris vinham sugar, através os compridos bicos, o mel delicioso.

Quantas e quantas vezes foramos dado observar essas lindas criaturinhas, batendo as asas diante daquelas flôres, de onde, depois se originavam frutos maravilhosos, assim como das flôres

encarnadas dos metrosideros, que pareciam limpadores de vidros de lampião e que, por isso mesmo nós chamávamos de «arvore de escôvas».

Também havia, no jardim, uma maravilhosa «Yuka». Um retrato de meu pai, de 1861, mostra-o junto a essa planta em flor. Violetas, as maravilhosas violetas dobradas, de esplêndido azul-claro e brancas, de que mamãe tanto gostava, saturavam o ar de doce perfume. Camélias, das melhores espécies e do mais belo colorido, eram resguardadas cuidadosamente das intempéries.

É singular que as flôres mais cheirosas são as de côr branca; é maravilhosa, igualmente, a combinação do vermelho e do amarelo em muitas flôres. Tínhamos magnólias, cujas flôres se assemelhavam a pequenas cabeças de repólho, gardênias dobradas, lírios com flôres funiliformes que quase não faltavam em jardim algum.

Das insignificantes florinhas brancas, que, em pequenos buquês, desabrocham ao longo dos ramos recobertos de fôlhas verdes, brilhantes, da «olea fragans», desprende-se suave e doce olor que impregna todo o ambiente em redor. No Brasil chamam-na «flor do Imperador» porque era a preferida por D. Pedro II, último monarca brasileiro.

Aqui há um canteiro com tufos de oleandros, de variadas côres, desde o rosa pálido ao vermelho escuro, simples e dobrados. Levanta-se, mais adiante, uma romanzeira, com as suas flôres de encarnado brilhante e frutos também avermelhados de sabor agridoce. Mais para lá, há um canteiro de rosas muito valiosas de que ainda encontrei uma relação de sementes, colhidas com

grandes dificuldades. Lembro-me de uma delas, cujas flôres, enormes, despertavam a minha admiração e de uma rosa musgo que me causou verdadeiro assombro pelas suas flôres de um cor-de-rosa estranho e as admiráveis folhinhas que cobriam as longas hastes. Nunca mais vi outra igual.

Vejo-me ainda em pensamento de mãos dadas com minha irmã, diante dessa roseira, admirando-a em verdadeira devoção. As mirtáceas são copadas, de fôlhas estreitas, com pequenas flôres brancas de penetrante perfume, com frutos pequenos e saborosos. As tritonas ostentavam os belos cachos de flôres vermelho-amareladas. Os Amarilis e outras encantadoras plantas bulbosas, enchiam-nos os olhos, assim como os hibiscos com suas côres lustrosas. Tufos de folhagens, de plantas silvestres, limitam os cantos do jardim, derramando agradável perfume de suas flôres brancas, em forma de estrêlas. Acácias, com flôres vermelhas, haxacentros com extraordinários tufos de flôres amarelo-avermelhado e buganvíleas de côres flamantes, havia-as por tôda parte.

Havia, também, no jardim, raridades de que agora não me lembro bem e de que também ignoro os nomes. Por tôda a parte, inclusive ao redor de casa, havia plantas e flôres.

Diante da casa, subia, até o telhado, a «rainha da noite», (*Cereus grandiflorens*), carregado de botões, que meu pai colhia, pondo-as num copo, sôbre a mesa, para que pudéssemos observar o seu desabrochar, pois elas só abrem à noite, enchendo o compartimento de forte odor de baunilha.

Era com grande prazer que nós

nos sentávamos à varanda, de onde se descortinava uma magnífica vista do jardim e diante da qual floresciaam as roseiras, constantemente visitadas pelos colibris, esvoaçando de flôr em flôr. À vêzes, éramos visitados pelos sapos, que passeavam daqui para ali pela varanda...

O jardim era separado, por uma cerca, do pomar que descia até o ribeirão Garcia, um afluente do Itajai. Às margens do ribeirão havia majestosas touças de bambús, esbeltos, que balouçavam ao sabor dos ventos. No pomar cresciam várias espécies de laranjas que enchiam o ambiente do forte e agradável perfume de suas flôres e cujos frutos colhíamos com grande facilidade e prazer. Também havia variedades de pêssegueiros, pelos quais trepavam os ramos de maracujá; pitangas vermelhas, carambolas, muito sumarentas, grumixamas, ameixa do Pará, ameixas, mamões com belos frutos amarelos, bananas de várias espécies, assim como magníficos ananáses que sempre tínhamos à disposição, belos e sucu-

lentos muito diferentes dos que a gente consegue aqui na Alemanha.

Se me alonguei muito nesta descrição foi porque ainda sinto em mim, bem profunda, a recordação de nossa casa, que foi o paraíso da nossa infância, do qual sinto grandes saudades e onde passamos os mais lindos anos de nossa vida.

Quiz fazer um retrato fiel da nossa casa, em Blumenau e do seu jardim onde meu pai encontrava sempre a sua maior satisfação.»

NOTA DA REDAÇÃO. - O artigo acima foi escrito na Alemanha pela filha mais velha do fundador de Blumenau, Cristina, que, tendo se conservado solteira, foi guarda da volumosa documentação de seu pai e que, infelizmente, se perdeu na segunda guerra. A casa que ela descreve neste artigo foi mandada demolir pelo próprio Dr. Blumenau, depois da enchente de 1880. Parte do jardim ainda existe e é a que está senda cuidada pelo Museu da Família Colonial, ao lado da Biblioteca Municipal. Grande número das plantas descritas ainda existem no mesmo jardim, hoje denominado «Parque Edite Gaertner». A tradução do artigo é de J. Ferreira da Silva.

Sobre a agricultura em Santa Catarina, em 1824, dizia João Antônio Rodrigues de Carvalho, no «Projeto de uma estrada da cidade do Destêrro às Missões do Uruguai»: «A colheita da Província consiste em mandioca, pouco feijão e algum milho e pouco café. E a indústria, em aguardente e tecidos de algodão. Os primeiros quatro produtos mal pagam (se pagam) o suor do lavrador: o comércio interior não consome a produção e o exterior não oferece lucros que agucem o interêsse do comerciante, e, por consequência, o do lavrador. O café vai-se, lentamente propagando pelo subido preço que tem obtido. A farinha de mandioca é pouco nutritiva pelo muito amido que lhe extraem; é tão mal tratada que, transportando-se com qualquer humidade se reduz à massa. A aguardente contém muito empireuma, pelo pouco capricho da destilação, imperfeições nos alambiques com capitéis de barro, misturas pela pouca quantidade que cada um fabrica, dolo do fabricante e do exportador, pelo que êste gênero tem perdido um grande consumidor que era a província do Rio Grande, não podendo hoje obter preço proporcionado e mesmo igual ao do que gozam os ali manufacturados, nem concorrer com os que são exportados e por isso em Montivideo vale sempre a aguardente de Santa Catarina menos dez mil réis em pipa.»

Balneário de Cabeçudas

Por GUSTAVO KONDER

Quando o nosso eminente conterrâneo Dr. Lauro Mueller assumiu o cargo de Ministro da Viação, em 1902, a convite do então Presidente da República Dr. Rodrigues Alves (o quinto da era republicana), existia na desembocadura do rio Itajaí-Açú, a grande enseada da Fazenda, na cidade de Itajaí, que oferecia sérios obstáculos á navegação, por causa das ressacas do mar na fóz do rio que, naquela época, era mais larga e irregular que a atual. Os navios, a maior parte a vela, não podiam entrar ou sair quando havia mau tempo, ocasionando muitas vèzes a paralização e a boa marcha do movimento portuário. Eram dias verdadeiramente calamitosos para o comércio exportador e importador, pois os navios desistiam de entrar, rumando para outros portos mais próximos.

Foi então que o Ministro Dr. Lauro Mueller, não esquecendo a sua querida terra natal, enviou uma comissão de engenheiros para Itajaí, afim de estudar o grave problema. Decorrido algum tempo, a comissão apresentou o seguinte plano:- A construção de um cais acostável, a começar pelo antigo trapiche Olímpio Miranda a atual banca do peixe, ao lado do mercado, para em seguida construir o comprido espigão de pedras, dividindo a ensêada da Fazenda, até frontear-se com o antigo hospital Santa Beatriz (inaugurado em 3 de janeiro de 1887, obra exclusiva do saudoso vereador e presidente Nicolau Malburg (o velho), um dos aparentados do meu avô Marcos Konder Senior).

O aludido espigão, foi a principal obra da Comissão, servia e ainda serve para represar o curso das aguas para a fóz do rio, retendo assim a invasão das grossas ondas, que se arrojavam para a praia da Fazenda. Esta praia era a preferida dos primeiros moradores, conforme já descrevi na minha crônica:- «O nascimento da cidade de Itajaí».

Infelizmente, por falta de dados concretos, não pude achar a data exata do inicio do grandioso plano, executado pela Comissão, com o forte apoio do govêrno federal.

Para encetar esta tarefa, iniciou-se a arrancada das pedras dos morros, começando além do antigo hospital até á entrada da praia de Cabeçudas. As pedras dinamitadas eram transportadas em vagonetes rasos e puxados por uma pequena locomotiva, movida a vapor, até ao cais e posteriormente ao espigão. Com o afastamento das pedreiras, nas bases dos morros, nasceu a primeira estrada retificada e planificada para o maravilhoso balneario de Cabeçudas, restando apenas, como pitoresca lembrança, a famosa «Pedra do Bico». Antigamente não existia êste caminho, era simplesmente uma trilha estreita e tortuosa para pedestres.

A praia, rodeada de morros irregulares e cobertos de exuberantes florestas, quase inhabitada, existindo apenas algumas cabanas dos pescadores solitários, com os seus respetivos barcos, era naturalmentê o paraíso das grandes aves marinhas.

Somente em 1911 começou, timidamente, a afluência de veranistas graças ao casal teuto Paul e Marie Herbst, nata Richter, que construiu

ali o seu primeiro hotel, aconselhados pelos técnicos da Estrada de Ferro Santa Catarina, recém extinta. Possuía este casal um bar e restaurante em Blumenau (rua Baía), nas redondezas da atual fábrica de cristais Hering, chamado «Zum lustigen Zacken» (intraduzível). O mencionado Hotel era uma comprida casa de madeira com espaçosa varanda, tendo ao lado uma série de cabines onde os banhistas pudessem trocar de roupa. Foi o pioneiro dos hotéis balneários do nosso Estado.

Mais tarde o sr. Guilherme Pawlowsky construiu, ao lado do Hotel Herbst, a sua primeira casa de veraneio, também de madeira, e logo depois, no princípio da praia, a do sr. Luiz Rischbieter, ambos de Blumenau. A família Renaux, de Brusque, levantou, no fim da enseada, o primeiro chalé, bonito e espaçoso (ainda hoje existe lá). Bem no meio, a poucas dezenas de metros do Hotel, erigiu a confortável casa de alvenaria, também com bonita varanda, o humanitário médico russo Dr. Miguel Bohomoletz e de sua simpática senhora Da. Ariadne, uma das maiores amigas da minha saudosa mãe. Era uma senhora cultíssima e, como não soubesse falar bem o português, conversava em francês com a minha mãe. Este distinto casal tinha relações amistosas com o famoso Lenine, no tempo de exílio em Paris, antes de rebentar a revolução comunista da Rússia. Alguns anos mais tarde, o saudoso médico foi barbaramente assassinado em Guarapuáva, estado do Paraná, pelos seus próprios patricios. Talvez por questões políticas(?).

Atualmente a maior parte das primeiras residências, inclusive o primeiro Hotel desapareceu, para dar lugar às modernas edificações e o famoso balneário transformou-se no mais bonito do Estado.

O tradicional Hotel Zwölfer, erigido em 1926/27, continua funcionando, embora o seu proprietário, sr. Josef Zwölfer, esteja afastado, em face da sua avançada idade.

Foi neste hotel, que o meu saudoso pai viveu o resto de sua vida, fato que lhe valeu o alcunha de «Conde de Cabeçudas».

As amendoeiras plantadas a beira do calçamento e que dão um encanto todo especial a esta magnífica praia, bem como a instalação da luz elétrica, foram benfeitorias do meu inesquecível pai (Marcos Konder) na sua última gestão como prefeito de Itajaí (cargo que ele ocupou durante 15 longos anos de sua vida e sem ônus para o cofre do município).

Como encerramento de crônica, devo esclarecer que o balneário de Cabeçudas foi o pioneiro de todos os balneários existentes no nosso pujante estado de Santa Catarina.

“A VIDA”

Na água do rio que procura o mar;
No mar sem fim; na luz que nos encanta;
Na montanha que aos ares se levanta;
No céu sem raias que deslumbra o olhar;
 No astro maior, na mais humilde planta;
 Na voz do vento, no clarão solar;
 No inseto víl, no tronco secular,
 — A vida universal palpita e canta!
Vive até, no seu sono, a pedra bruta...
Tudo vive! E, alta noite, na mudez
De tudo, - essa harmonia que se escuta
 Correndo os ares, na amplidão perdida,
 Essa música doce, é a voz, talvez,
 Da alma de tudo, celebrando a Vida!

(Olavo Bilac)

BRÜGGEMANN E OS PANORAMAS DO DESTÊRRO

OSWALDO R. CABRAL

O pintor José Brüggemann, cujos quadros hoje em dia vem sendo altamente reputados, deixou uma série de panoramas do Destêrro, quase todos tirados da chamada «CURVA DE JOSÉ MENDES», no caminho de cima, onde atualmente se situa, mais ou menos, o Clube de Penhasco, pois quando por aqui andou o caminho de baixo ainda não existia, e a ponte, de fato, tinha aberto a sua frente a maravilhosa vista panorâmica das marinhas do Destêrro. Outro quadro, outro panorama do referido pintor, conhecido aqui, foi conseguido do alto do morro da Cruz.

De acôrdo com o que nos informa o sábio Padre Raulino Reitz, em artigo publicado nestes mesmos «CADERNOS» (Tomo IV, nº. 10 págs. 185), Brüggemann era um pomerano solteirão, a quem o Dr. Blumenau convidara ou atraíra à sua Colônia, para pintar alguns aspectos dela, documentando assim a iniciativa pioneira. Tudo faz crer que, terminada a sua tarefa na Colônia, onde os panoramas abertos, que eram a sua paixão, não eram frequentes, encobertos pela mata virgem, ausentes os caminhos que poderiam levar aos pontos mais apropriados para obter uma visão de conjunto, o pintor viajou para a Capital da Província, onde não faltavam paisagens a seu gosto, amplas, iluminadas, abertas, numa festa de côres e de detalhes variados.

Reitz informa que Brüggemann teria permanecido no Brasil por dois anos - mais ou menos de 1866 a 1867 - mas esta duração de permanência deve ser retificada, pois em 1866 já o pintor executava na Capital os seus belos quadros e em 1868 tenho documentos que comprovam a sua estada no Destêrro, pelo menos nos comêços do ano.

Com efeito, em fevereiro de 1868, José Brüggemann expunha no Destêrro, na casa de Gauthier & Isnard, à rua do Príncipe, atual Conde de Mafra, uma tela de sua autoria, representando «um elaustro do Convento dos Capuchos de Nüremberg, elaustro do mais puro estilo gótico» - de acôrdo com uma notícia que recolhi no jornal «O MERCANTIL» do dia 20 daquêle mês e daquêle ano.

Já estaria êle na Capital da Província desde o ano anterior, trabalhando na sua arte, compondo e repisando os motivos que mais o agradaram. De fato, em janeiro de 1867, Eduardo Álvares da Silva, que mantinha na Capital uma Companhia Dramática em atividade, anunciava estar preparando a montagem do dramalhão «OS MILAGRES DE SANTO ANTÔNIO». A Companhia de Álvares da Silva passava por uma crise tremenda, as suas finanças iam de mal a pior e o Diretor fazia um apêlo ao público para que o auxiliasse, para que prestigiasse a montagem da peça, que apresentaria os atores «em roupagem inteira-

mente nova, SENDO OS CENÁRIOS do ARTISTA BRÜGGEMANN». O cenário é novo, diria ainda Eduardo Álvares da Silva, em março, quando foi, finalmente encenada a peça, e «PINTADO PELO SR. BRÜGGEMANN» (MERCANTIL, 16/3/1867).

Assim, pelo menos em três milésimos seguidos, embora isto não queira dizer que tivesse permanecido três anos em Santa Catarina - esteve José Brüggemann por estas plagas: 1866 (quando assina várias telas); 1867 (quando pintou vários cenários); e 1868 (quando expõe um quadro de sua autoria).

Mas, o que interessa mesmo são as vistas panorâmicas do Destêrro. Reitz, anos passados, relacionou TRÊS quadros, um dos quais seria o original, e que teria sido propriedade da Família do Cônsul da Áustria o comerciante Sr. Ernesto Wahl (hoje pertencente á coleção do capitalista sr. Rudi Schnoer) e mais dois, réplicas dêle, isto é cópias executadas pelo próprio autor, uma das quais seria a existente no Museu Arquiteo-cesano Dom Joaquim, de Brusque.

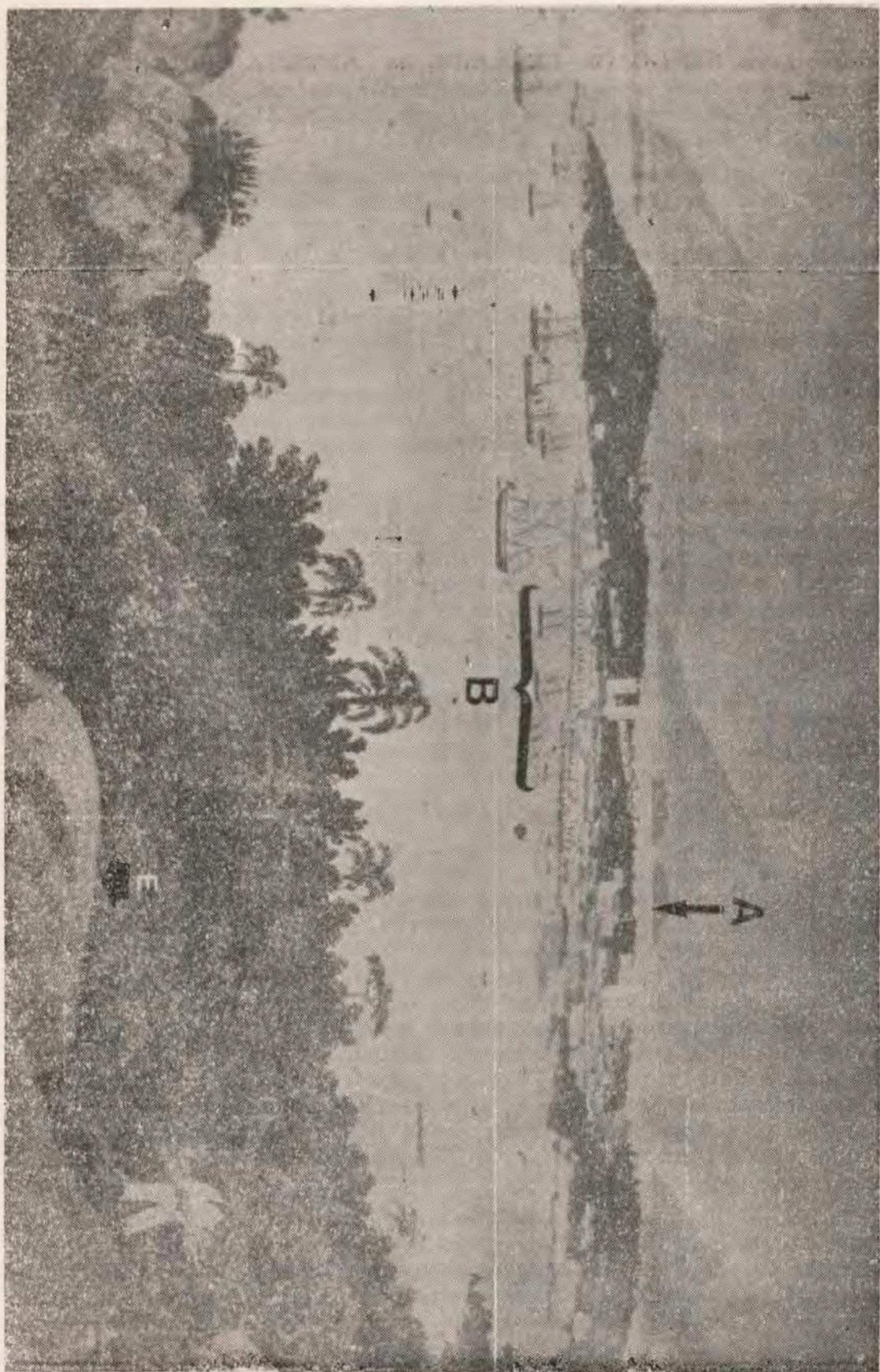
Justamente, ao examinar esta última, em recente visita feita à sempre graciosa cidade de Brusque, foi que me surpreendeu o desejo de investigar algo sobre a permanência do pintor pomerano em Santa Catarina e os trabalhos conhecidos devidos ao seu p.í.í.í.í.í.í. E, com surpresa, verifiquei que o número aumentara, passara até mesmo do dôbro do quê, àquêla época, o sábio Pe. Raulino Reitz conseguira alinhar.

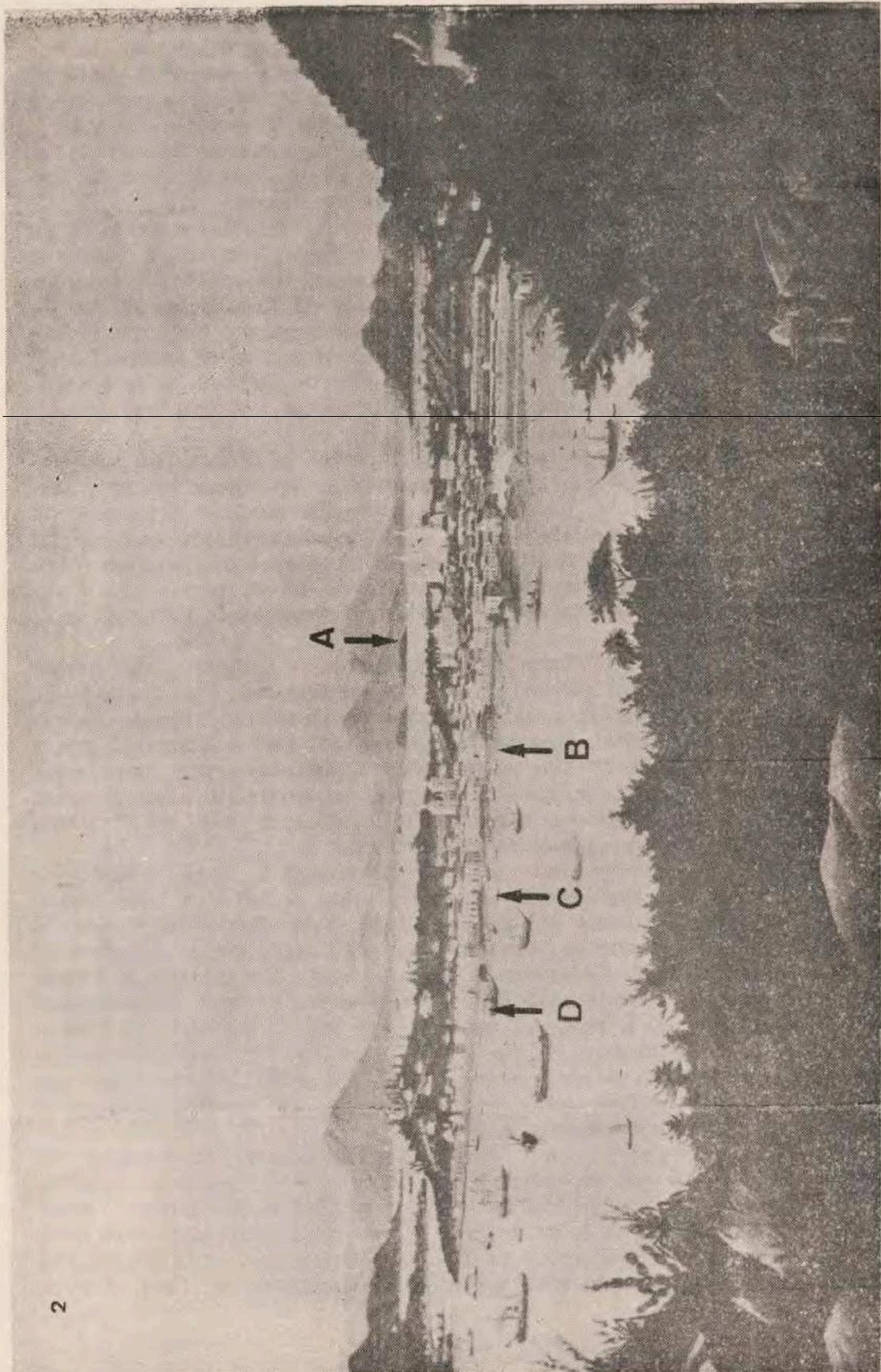
Para melhor situar o assunto, dividi os quadros de Brüggemann em dois grupos distintos:- os que foram tomados da curva de José Mendes, que somam, vistas de Destêrro ao todo, até agora, SEIS;- e os outros, que são apenas dois, dos quais um é atribuído a Brüggemann mas do que não há a menor certeza.

Vejamos os quadros do primeiro grupo:

1ª. — Quadro de propriedade do sr. Rudi Schneor, de mais de metro quadrado, existente em Florianópolis. Foi propriedade da família do Cônsul Ernesto Wahl. Há uma versão de que o quadro foi adquirido do próprio autor; e outra, que informa ter sido o mesmo adquirido pelo sr. Wahl da família ou do próprio dr. Schuttel. Não se pode saber qual dos dois Schuttel, pois havia dois, pai e filho, ambos médicos, Henrique e Duarte Paranhos, sendo o primeiro suíço de nascimento e o segundo, seu filho, desterrense. Ambos foram pessoas ilustradas, amantes das artes e o quadro pode ter pertencido a qualquer dos dois. O quadro está assinado e datado de 1866 - e é dêle uma reprodução que faz parte do presente trabalho (clichê nº. 1); a tela sofreu, antes de passar ás mãos do atual proprietário um acidente, tendo sido o quadro reparado em São Paulo, por técnico, a mando do sr. Schnoer, ocasião em que foi feita uma restauração do mesmo.

2ª. — Quadro de propriedade do sr. dr. Tom T. Wildi, também de mais de um metro quadrado, existente em Florianópolis, e inteiramente idêntico ao anterior. Não pude estabelecer a origem, pois o atual proprietário se encontra em viagem de estudos. De tôdas as telas que pude ver, parece ser esta a que se encontra em melhor estado de conserva-





2

ção, embora a anterior tenha sido inteiramente recuperada pela restauração feita. O quadro está assinado - mas em lugar diferente. No anterior, a assinatura foi feita sobre uma pedra (Vide cliché nº 1, letra E) tendo a data logo abaixo; no quadro do dr. Tom T. Wildi, a posição da assinatura é outra - mas a data é a mesma, 1866.

3º - Tela existente no Museu de Arte Moderna de São Paulo. A vista panorâmica é a mesma e há um cliché da mesma na obra de Roberto Pontual (Dicionário das Artes Plásticas do Brasil).

Já vi o referido quadro, mas não guardei detalhes a respeito da assinatura e data. Segundo a informação de Reitz, traz a era 1867 - o que o faria posterior aos dois primeiros citados. O quadro em referência foi objeto de uma reportagem do jornal «O GLOBO», do Rio de Janeiro. Adquirido em Florença, pelo Prof. Bardi, para o Museu onde se encontra, há notícia de que teria sido encontrado num antiquário de Londres, de onde teria passado para o da Cidade italiana onde foi adquirido. Não posso adiantar maiores informações. A tela, entretanto, é do tamanho aproximado das anteriores.

4º - Quadro existente no Museu Imperial de Petrópolis, não podendo eu prestar melhores informes quanto ao seu tamanho, era, assinatura, etc... Esta tela foi propriedade do Embaixador Edmundo da Luz Pinto, que a doou àquele Museu, conforme informação que me foi prestada pelo Professor Norberto Ungaretti. Ausentes os detalhes sobre a sua origem, não é de desprezar a hipótese de haver pertencido a antepassados do saudoso Embaixador, pois integravam eles Família eminente do Destêrro.

5º - Quadro existente no Museu de Arqueologia do Colégio Catarinense, em Florianópolis. É bem menor do que os anteriores. Foi restaurado, apresentando nítidos detalhes das marinhas do Destêrro à época da estada do pintor na Capital. Não possui assinatura, mas é provável que a tela tenha sido cortada na sua parte inferior, naturalmente por estar irremediavelmente avariada, pois nessa parte faltam detalhes que figuram na composição das anteriores, o que permite afirmar ter sido a tela amputada, sem qualquer possibilidade de êrro.

O quadro em aprêço, tudo faz crer, pertenceu a uma coleção do Estado de Santa Catarina, sendo uma das telas existentes no antigo Museu do Estado, existente até 1918 ou 1919. Êste Museu foi doado ou adquirido, não posso afirmar com absoluta segurança, pelos Padres Jesuítas do então Ginásio Catartnense. Por incrível que pareça, o Estado desinteressou-se da manutenção do Museu e tôdas as suas peças foram entregues ao Ginásio. É possível, embora não seja absolutamente certo que a tela de Brüggemann tenha feito parte do acêrvo do antigo Museu. O Diretor do Museu Arqueológico, Pe. João Alfredo Rohr não pôde prestar informações sobre a procedência do quadro, ficando de pesquisar nos Relatórios anuais, a respeito.

6º - Quadro existente no Museu Arquidiocesano D. Joaquim, de Brusque. É a tela a que se refere o Pe. Paulino Reitz em sua Comunicação publicada em «BLUMENAU EM CADERNOS», edição citada. Idêntica, no panorama, às telas anteriores, não traz assinatura nem data. Esta tela teria sido doada antes de 1948 ao Museu, por uma Família da Capital, estando, então, em mau estado. Por iniciativa do Prof. Alfredo

Russins e interêsse do Pe. Reitz, foi restaurada no Rio de Janeiro, por conta do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aliás, diga-se de passagem, primorosamente restaurada (é a estampa nº 2 do presente trabalho).

Aqui cabe-me observar o seguinte. Quer esta tela, quer a pertencente ao Colégio Catarinense, foram ambas restauradas por intermédio do eminente mestre Alfredo Russins, cuja amizade me honra há muitos anos. E, ao passo que a tela do Colégio Catarinense foi restaurada de maneira a conservar, como não poderia deixar de ser, os elementos pintados pelo artista, a tela pertencente ao Museu de Brusque sofreu profundas alterações, que lhe furtam tôda a autenticidade, o que é, de veras, lamentável. Tenho a impressão de que ao exímio restaurador foi entregue uma fotografia, ou gravura, ou outra peça documental qualquer, de ÉPOCA POSTERIOR, MUITO POSTERIOR, AQUELA EM QUE O PINTOR FIXOU AS MARINHAS DO DESTÊRRO.

Se ambas as telas tivessem sido restauradas na mesma oportunidade, tal não teria acontecido, é óbvio, mas a distância de tempo havida entre as duas restaurações levou ao lastimável fato. O técnico necessitou, certamente, para a tela de Brusque, que se achava em mau estado, de elementos para fazer seu trabalho restaurador. E, quem forneceu os elementos é que, ou por não dispor de outros, ou por falta de conhecimentos, não só históricos como da existência de trabalhos idênticos do mesmo pintor, fê-lo de maneira infeliz.

Comparemos os clichês impressos no presente trabalho: Vejam-se: Letra «A» - no clichê nº 1, percebe-se, perfeitamente, a fachada antiga do palácio do Govêrno, tal como existia em 1866 a 1868, época da estada do pintor no Destêrro; no clichê nº 2 (que é o quadro de Brusque) a fachada do Palácio é a que apresenta ainda hoje, fachada que data de 1898, quando foi, no Govêrno Hercilio Luz, remodelado o edificio, portanto, coisa que Brüggemann não poderia ter pintado; no clichê nº 1, letra «B», não se distingue com muita precisão a fachada do Mercado, que existia, em 1866-68, na Praça, onde hoje se levanta o monumento a Fernando Machado, no meio do casario das marinhas; nos quadros que pudemos ver últimamente, as linhas do Mercado velho são perfeitamente identificáveis, no clichê nº 2 (quadro de Brusque), as linhas do Mercado são perfeitamente visíveis, indício de que no quadro, antes da restauração, elas estariam nítidas, tendo sido perfeitamente ressaltadas com a restauração; no clichê nº 2 (quadro de Brusque), letras «C» e «D», nítidamente são visíveis o edificio da Alfândega («C»), que foi construído entre 1875 e 1876, portanto, em época que o pintor já não estava mais aqui...; e o edificio do Mercado novo, do atual, que também não poderia ter sido pintado por Brüggemann... porque foi construído em 1898 («D»). Aliás os dois Mercados (letras «B» e «D») não existiram simultaneamente...

O quadro de Brusque, a meu ver, por outros detalhes, é autêntico, é um quadro de Brüggemann- apenas a restauração, feita sôbre documento posterior, tirou-lhe os elementos de autenticidade, o que é, de veras, lamentável. O recurso será obter, com os elementos de que hoje se dispõe, fazer uma nova restauração, coisa possível, pois os peritos da Escola de Belas Artes, que acredito seja a instituição de que se vale o

Patrimônio Histórico para mandar executar as suas restaurações, são dos mais competentes e capazes. Para êles, tarefa semelhante não é impossível.

Finalmente, os dois quadros restantes, devidos ou atribuídos ao pincel do pintor pomerano, e que não são panoramas obtidos da curva do José Mendes.

O primeiro é uma tela bastante grande, que se encontrava no Instituto de Educação e que atualmente se encontra no Palácio do Governo do Estado. É um panorama da Capital, obtido do morro da Cruz e o padre Reitz informa que nele aparece o autorretrato do artista. Então, não é a que eu conheço, pois a tela em apreço mostra duas pessoas no primeiro plano, mas ambas estão de costas e, desta forma, tanto pode ser uma delas o artista, como qualquer outro cidadão... É verdade que um deles está desenhando. Parece pelo menos...

O quadro não traz assinatura nem data, que eu saiba. Não as descobri da fotografia que me foi cedida pelo Gabinete de Documentação do Palácio.

A última é uma pequena tela, de 25 x 37 cms, que dizem ter sido pintada por Brüggemann, copiando uma gravura de La Perouse (1785), representando o panorama do Destêrro, naquela era, obtida a vista do alto da colina da Boa-Vista, onde se assenta o atual Hospital de Caridade, cuja Capela do Menino Deus já existia então. A tela pertenceu à Irmandade do Senhor dos Passos, que há mais de 30 anos a ofertou ao Autor dessas notas, por haver prestado ao Hospital, durante alguns anos, seus serviços profissionais, gratuitamente. Não se tem absoluta certeza da autenticidade da autoria do quadro. O desejo do seu atual proprietário, naturalmente, é de que seja autêntico - e neste caso, é evidente, de muito excedeu o prêmio ao mérito dos poucos serviços prestados.

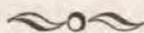
Há desenhos, croquis e esboços, devidos a Brüggemann, de outros pontos de Santa Catarina, principalmente de Blumenau. Outros talvez estejam em poder de antigos moradores e descendentes dos primeiros colonos. Justo será, para que não se percam, reuni-los - e para isto lugar melhor não há do que a Biblioteca Pública, dirigida pelo velho, experiente e idôneo historiador José Ferreira da Silva. Tudo está em saber se são ou não do pintor pomerano. Mas, para tanto, só recolhendo todos os que existirem - mesmo porque, se forem de outros autores, nem porisso deixam de ter valor documentário. E ao blumenauense não falta amor á sua Cidade para que não se interesse pela conservação dos seus pergaminhos históricos, qualquer que seja a natureza dêles...

— Legenda das duas reproduções —

- A - Palácio do Governo - Na primeira reprodução vê-se o Palácio antigo, isto é, antes da sua restauração;
Na segunda, o Palácio apresenta-se com o feitiço atual, depois da sua restauração - o que não pode ter sido pintado por Brugemann, pois a remodelação do Palácio só se verificou em 1898 e o pintor executou o quadrô, pelo menos, 30 anos antes;

- B - Mercado da Praça - Não se avista distintamente na primeira reprodução; na segunda êle está perfeitamente visível. O Mercado da Praça foi demolido em 1896 - logo não pode ter sido pintado com o Palácio novo... Bruggemann pintou o Mercado, mas não o Palácio como está na segunda reprodução.
- C - Alfândega — Não se avista na primeira - nem podia, pois Bruggemann pintou o quadro entre 1866 e 1868 - e a Alfândega foi construída entre 1875 e 1876, tendo sido inaugurada nesse ano. Está, entretanto, pintada no segundo quadro.
- D - Mercado Novo - Não se distingue na primeira reprodução, mas sim na segunda. Não poderia, em qualquer delas, ter sido pintado por Bruggemann, pois só foi construído em 1898.

NOTA — Embora ambos os quadros devam ter sido pintados por Bruggemann, o primeiro tem a sua assinatura (E); o segundo, que acredito do mesmo pincel, não traz assinatura, que deve ter sido perdida antes da restauração. A restauração que é um trabalho excelente, foi, entretanto, feita com documento (desenho ou fotografia) de época posterior à estada de Bruggemann no Destêrro.



Em 1713, Governador do Rio de Janeiro determinou ao Sargento-mór Manoel Gonçalves de Aguiar, que percorresse tãda a costa de Paranaguá até Santa Catarina e que desse uma relação pormenorizada dela, das localidades povoadas que encontrasse, seu adiantamento, culturas etc. No cumprimento dessa ordem, diz o referido sargento que nesse tempo existiam na Ilha de Santa Catarina 22 casais e na de Laguna 30 e que exportavam 3 ou 4 embarcações por ano cheias de peixe sêco. É interessante notar-se que, em 1720, a Capitania de S. Catarina estava dividida em dois têrmos, o primeiro com sede na Vila de Laguna, que contava 42 ranchos de palha e 300 pessoas de confissão e o segundo na Vila de São Francisco. A jurisdição dêste estendia-se pela costa para o Sul até o rio Tijucas. A de Laguna ia dêsse rio até os limites com o Rio Grande do Sul, ficando, assim, a povoação do Destêrro (que então contava 27 casais com 130 pessoas de confissão) dentro dos seus limites. O Termo de São Francisco contava com uma 80 famílias e cerca de 900 pessoas».

A COSTA CATARINENSE TEM TANTOS PORTOS QUE RIVALIZAM ENTRE SI

BARROS FERREIRA

A costa de Santa Catarina é uma sucessão de portos abertos para o mar. É cheia de reentrâncias acolhedoras. Abundância estimula o desperdício. Tal é o caso de Laguna restringido a pôrto pesqueiro, embora possa acolher navios de médio calado.

Logo acima, está Imbituba, também conhecido por Henrique Lage, justificadamente considerado pelo movimento de cargueiros o maior porto carvoeiro do País. Tem um grande molhe protetor, no qual acostam navios de nove metros de calado. E dizem que mal o barco desatracou já se encontra em pleno mar, tal a profundidade. Muito próximo situa-se Florianópolis, com seu porto modesto e grandes contrastes. O engenheiro João Caropreso nos dá um resumo dos portos catarinenses pelo movimento. Imbituba, 900 mil toneladas; Laguna, 1.628 toneladas; São Francisco do Sul, 125.000 toneladas; Itajaí, 494.043 toneladas. Isso em 1969. Em 1970 houve aumento no movimento portuário geral. Menos em Florianópolis, onde em 1969 o movimento foi de 57. 519 toneladas. Uma queda de 40 mil toneladas.

Trata-se no entanto, de um porto de razoável profundidade. Acolhe navios de calado até 10 pés, ou seja um pouco mais de três metros e meio.

Vem a explicação. Em 1963 os pequenos portos sofreram as consequências da supressão da subvenção do transporte marítimo. Consequentemente as emprêsas existentes que exploravam e venderam os velhos barcos como ferro velho, abandonaram as linhas que exploravam. Em Laguna desapareceram 5 emprêsas, das quais 3 tinham tradição: Carlos Weipt, Navegação Santo António e Lagunense.

Seguiu-se a lei que tinha altos propósitos e que obrigava o transporte compulsório de metade da carga brasileira em navios de pequeno calado. E dessa maneira utilizaram plenamente sua quota. Das outras emprêsas só a «Libra» tinha barcos capazes de competir. O resultado foi a queda vertical do movimento do porto da capital catarinense. Itajaí passou, assim, a dominar.

UM GRANDE PORTO.

Conquanto seja considerado un porto fluvial, Itajaí ocupa papel de destaque, preponderante até. É em grande parte resultado do espírito empreendedor do elemento germânico. Reflete o esplendor do Vale do Itajaí, com suas indústrias em expansão e cujos produtos já ganharam fama pela qualidade, tais como da Artex, Hering, Schmidt.

Blumenau, Brusque, e Garcia expressam a notável evolução industrial. O rio Itajaí tornou-se a primeira rota com navegação calendarizada e, em Blumenau, foi transformado em monumento o barco a vapor que durante muitos anos efetuou a ligação da florescente cidade com o mar.

Depois, juntou-lhe a estrada de ferro que penetra na terra catari-

nense, profundamente. Deitou ramais que asseguraram transporte à produção. Mas o rio continuou sendo a grande via de comunicação. E dessa maneira cresceu o porto e, ao lado, a cidade, com o mesmo nome.

O Engenheiro Luiz Carlos Remor nos faz a síntese das características portuárias. 703 metros de cais acostável. Calados de 6 metros no zero e 7 metros com maré alta. Em 1970 o movimento registrado de navios foi de 381.

A tonelage movimentada subiu a 559.095, com predominância da importação. A esta corresponderam 399.395 toneladas.

A exportação atingiu 159.700 toneladas.

Os produtos exportados foram, pela ordem de tonelage movimentada: madeira, 121 mil; fécula 13 mil; celulose 11 mil; fumo, 8 mil; pasta mecânica 1.457; assafrás, 1447; milho, 462; camarão, 292; tecidos, 227; palmito, 151; pescado, 59.

Como principais importadores da produção catarinense figuram Argentina, 65.168 toneladas; Inglaterra, 22.514; Estados Unidos, 20.310; Alemanha, 15.941; Brasil, 15.649; Holanda, 9.625; depois temos: França, Bélgica, Pôrto Rico, Canadá.

As importações foram sobretudo de óleo e gasolina, sal, gás, soda, cabendo ao próprio Brasil 372.679 toneladas.

Esse movimento lhe confere a incontestável primazia entre os demais ancoradouros catarinenses.

É administrado por uma junta, órgão do Departamento Nacional de Pôrto e Vias navegáveis, criado pelo decreto nº. 58.780, de 28 de junho de 1966.

O acesso é feito através de um canal de largura variável, com um mínimo de 140 metros e 3600 metros de extensão, profundidade mínima de 5,80 metros e máxima de 7,10 metros. A bacia de evolução tem o calado mínimo de 4,50, metros máximo de 6 metros. Cais acostável para grandes barcos de 703 metros de extensão, com dois guindastes elétricos de pórtico sôbre linhas férreas, de tonelada e meia cada um, guindaste elétrico de pórtico sôbre trilhos de cinco toneladas, e dois guindastes sôbre pneumáticos um para 9 toneladas e, outro para 4,5 toneladas, 14 empilhadeiras e uma transportadora sôbre pneumáticos de 5 toneladas.

Desde 1946 que o número de embarcações atracadas vem aumentando: 342, em 1964; em 1966 um pouco mais; em 1968 já 400

Além desses navios de média tonelage uma frota pesqueira ali ancora. Vimos uma porção de barcos motores, formando enorme fila junto do comprido cais que lhe é destinado. Dois deles arvorando flâmulas norte americanas. E na faixa lateral, destinada ao tráfego de veículos uma porção de caminhões frigoríficos, destinados ao transporte do pescado para os grandes centros consumidores vizinhos, mormente Curitiba e São Paulo.

UMA TRADIÇÃO

Itajaí não foi uma improvização. Apresenta-se como consolidação e expansão de uma preferência determinada pela posição geográfica. Tornou-se grande portal do vale do Itajaí. E também uma síntese de esforços.

«Blumenau em Cadernos», utilíssima publicação dirigida pelo

sr. Ferreira da Silva, registra o que já era em fins do século passado o pôrto de Itajaí, grande entreposto de madeira serrada. Ali ancorava «uma bela frota de navios à vela que se incumbia do transporte para as praças de Santos, Rio de Janeiro e outros».

Eram as barcas «Emilia», de Bruno e Nicolau Malburg; os lugres «Almirante», de Antonio Pereira Liberato; «Dom Guilherme», «Wulf» e «Fidelidade», de Guilherme Asseburg; «Vieira» de Macos Konder Senior e «Brusque» um assombro de veleiro, de João Bauer.

Fôra construído na Naruêga, em pinho de Riga. Todo branco. Mistura de galeão e bergantim, com alegorias e incrustações à proa e à ré. Em relêvo, o nome que representava uma afetuosa homenagem à cidade do vale e que já se estava evidenciando «BRUSQUE».

Erguia três altos mastros, guarnecidos de grandes velas. Quando soltas ao vento lembravam imensas asas, justificando a denominação dada ao belo e veloz barco de «Cisne Branco».

Um pormenor curioso: quase todos os comandantes de navios eram portugueses ou filhos de portugueses, «como os itajaienses Apolinário Marques Brandão, o jovem comandante do «Brusque», e os irmãos Alfredo e Gaspar da Costa Moraes».

E era um aereo barco que soltava as velas ao vento e fazia longos percursos costeiros, enfrentando as grandes vagas e os grandes ventos. Até que um dia, quando estava sendo rebocado para enfrentar o mar, aconteceu o desastre. O velho Maia, de boné branco e jaquetão azul, de botões dourados, mandara recolher as âncoras, e desatar as espias. O minúsculo e veterano rebocador «Jan» puxava o veleiro para a barra. Na «esteira do Brusque» iam as esperanças de ida e volta. Com um suestão favorável ou mesmo um sueste fresco em dez dias estaria lançando ferros na Guanabara. «No morro da Atalaia uma bandeira branca içada no mastro assinalava passe livre para as embarções. Rebocador e veleiro enfiaram pela bôca da barra. De repente o grosso cabo tenso como corda de violino afinado rebentou. Sem apoio e ainda com as velas meio soltas, o «Brusque» começou a «zanzar às tontas» no mar e impelido pelas ondas foi encalhar na praia dos Navegantes, onde adernou. Não houve vítimas. Mas não voltou a navegar. Perdeu-se o carregamento de madeiras, apetrechos e trecos de bordo. E passou à melancólica lembrança das crônicas de Itajaí pelas quais navega ainda airoosamente com o velame solto ao vento. Outros veleiros continuaram a velejar em suas substituições nas velhas rotas, que ligavam Itajaí ao resto do Brasil.

SÃO FRANCISCO

Itajaí tem, pois, muita classe. Mas mais tradição apresenta São Francisco, que foi o primeiro pôrto de Santa Catarina. Cidade muito antiga, com igrejas nuito velhas.

Em Tijuca, onde há antiquário famoso, mostra imagens seculares e objetos de arte antiga. Procedência: São Francisco.

Está numa ilha que deixou de o ser, depois que grande atêrro de dezoito metros de profundidade substituiu a antiga ponte da estrada de ferro que vem de Joinville, articulada com a ferrovia do Paraná e servindo o norte de Santa Catarina. Sobe de Mafra, passando por Jaraguá e São Bento do Sul. O Administrador do pôrto é o almirante Hugo Pe-

reira Guimarães.

Foram-me buscar em casa, para tomar conta dêste abandono. Não tinha nada. Nenhum guindaste. Agora tem quatro e vou receber mais três. E pôrto sem guindaste é como um veleiro sem velas.

E numa reminiscência das antigas e prolongadas solidões do mar, acrescenta: é como um busto femenino sem seios.

Com novo equipamento passou o pôrto a ter movimento. 125.166 toneladas em 1969. No ano passado, 139.822 toneladas.

No momento oferece calado entre 24 e 25 pés, limite que vai ser aumentado para 30 pés, com a dragagem programada. Equivale a 9 metros de calado. Numa excelente profundidade.

O Almirante Pereira Guimarães salienta:

O canal de acesso não tem tamanho. É um pôrto que dispensa pilotagem. Não inclui entre os seus encargos pilotagem a pagar. Estava largado porque os governadores antigos só cuidavam da política. O atual mostra-se interessado. São Francisco pode, de fato, oferecer um bom escoamento à produção do norte de Santa Catarina e sul do Paraná, servindo para recebimento dos produtos de que carecem as ricas regiões vizinhas por via marítima.

Aponta para os cais onde se erguem quatro guindastes e chegam os trilhos da ferrovia que sobe de Joinville, cujos primeiros povoadores ali desembarcaram seguindo, depois, para a cidade que fundaram, de barco, pelo rio Cachoeira em cujas águas se espelha a moderna e próspera cidade.

Além da velha povoação, que tem grande praça central com igreja secular ao fundo, fica a estação rodoviária, no estilo característico, fartamente ornamentado, dos princípios do século.

A ferrovia representava, então, imenso para a vida econômica da região. Ainda hoje não perdeu a importância, apesar de moderna estrada asfaltada que liga São Francisco a Joinville.

Devido ao extenso atêrro desapareceu a ilha. Tornou-se península. Sobre o atêrro passam paralelamente a ferrovia e a rodovia. De ambos os lados abrem-se, agora, amplas baías em que barcos pescam camarão.

O trajeto rodoviário faz-se em menos de uma hora. Por vêzes quem passa cruza-se com trem de carga e passageiros que sobe de Joinville. E informam que São Francisco está renascendo.

Do «Diário Popular», S. Paulo, 4/6/71-



Glorioso Resumo Histórico

Arnaldo S. Thiago

Afastados, eu e todos os meus dêze filhos, da gleba natal, a isso movidos pela incoercível necessidade que tem a espécie humana de desenvolver a sua potência intelectual, cujo processo deve andar sempre par e passo com o nível moral dos indivíduos a ela pertencentes, nunca êsse afastamento nos levou ao esquecimento da amena paisagem onde

todos desfrutamos as maiores delícias da existência terrena.

Quantas vêzes, aqui nesta imensa metrópole da Guanabara, propugnei pelos interesses superiores da minha terra, quer em artigos no *Jornal do Commercio*, de que sou colaborador desde 1938, quer em conferências na SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA ou na SOCIEDADE BRASILEIRA DE FILOSOFIA, durante muitos anos em que assiduamente frequentei êsses dois sodalícios de alta cultura nacional! As comemorações que em São Francisco do Sul se realizaram, referentes ao primeiro centenário da sua elevação à categoria de cidade em 15 de abril de 1947, foram de minha pessoal iniciativa e se a elas não compareci, por motivo de doença, pude, contudo, fazer-me representar por minha espôsa e por seis dos meus filhos, um dos quais, o José, atualmente na chefia do gabinete do Secretário da Justiça, foi portador de uma patriótica mensagem que enviei aos meus conterrâneos e que lhe não deram ensejo a que pudesse ler, como fôra curial que assim acontecesse. Um público documento do que afirmo está no volume que fiz publicar em lembrança a essas comemorações e que tem o título de EVOLUÇÃO CULTURAL.

Tôdas essas cousas digo, não por vaidade, mas para demonstrar o meu amor pela gleba natal, que é o maior dos nossos amôres - e sem o qual a alma vive apagada e entristecida. Que diga o meu filho Ernesto que lá se radicou, apesar de ser o único que pôde voltar e definitivamente permancer no ponto do Universo em que se resolveu a nascer, com permissão de Deus, na sua atual encarnação. Sim, estou estas cousas a dizer por amor à terra natal e por êsse amor, ainda uma vez quero utilizar-me da imprensa, agora apelando para «BLUMENAU EM CADERNOS», prestigiosa revista há tantos anos mantida por meu colega José Ferreira da Silva, da ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, que me concedeu a honra de ir especialmente visitar-me em São Francisco, por ocasião da nossa última temporada de verão na terra natal, para publicar êste pequeno, mas glorioso resumo histórico da nossa querida IBIPORANGA.

Realmente, três, mui especialmente, são as etapas principais do desenvolvimento histórico da terra franciscana: 1504, 6 de janeiro, transpõe Binot Paulmier de Gonneville, em sua náu «ESPOIR», o estuário do rio de São Francisco, como fôra, então, considerada a ampla e profunda barra da baía de Babitonga. Durante seis meses ali permaneceu com os seus normandos, em convivência amistosa com os Carijós, de que é descendente Essomeríc, o primeiro legítimo brasileiro que foi haurir a civilização européia, constituindo-se chefe de ilustre família francesa-carijó que soube dar eminentes vultos à diplomacia e à Religião. Meio século depois dessa permanência dos franceses na terra franciscana, nasce ali o ilustre Hernando de Trejo y Sanabria que foi bispo de Tucuman e fundador da Universidade de Córdoba, na Argentina. Por fim, em 15 de abril de 1847, Manoel Lourenço de Andrade, que em 1658 fundara, em definitivo, um povoado na ilha de São Francisco, com a ajuda de Gabriel de Lara, Domingos Francisco Francisques, Francisco Fernandes Camacho, Agostinho Alves Marinhos e alguns outros paulistas de boa estirpe, tinha o seu nome lembrado nos fastos comemorativos da elevação dêsse antigo povoado à categoria de cidade. São essas três gloriosas etapas de nossa história franciscana, que precisam ser lembradas no monumento que deverá ser algum dia erigido à memória de Hernando de Trejo y Sanabria quando a edilidade de minha terra se resolver a atender ao apêlo que lhe foi dirigido, do alto da tribuna da ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, pelo insigne argentino, embaixador Cárcano. Muitas outras datas e reminiscências devemos conservar no calendário de nossa terra, é claro; mas essas três datas, indiscutivelmente, são as mais gloriosas da terra franciscana. (CONTINUAREMOS)

Indústria Têxtil
Companhia Hering

BLUMENAU - Estado de Santa Catarina - BRASIL

Rua Hermann Hering, 1790 — Caixa Postal, Nº. 2

Telegr.: «TRICOT»

HERING

Fábrica de:

ARTEFATOS DE MALHA

FUNDADA EM 1880

Contribuindo para a
Grandeza do Brasil
em seu Comércio
e Indústria

Electro Aço

Altona S.A.

Rua Eng^o. Paul Werner, 925 - Fones: 22-0422 e 22-0738
Caixa Postal, 30 — Telegs.: "ELAÇO"

BLUMENAU

Fundição Elétrica De Aços Comuns E Especiais Para:

Indústrias Automobilísticas

Fábricas de Cimento

Companhias de Dragagem

Fábricas de Máquinas

Equipamentos de Britagem,

de Terraplenagem,

Reposição e de Manutenção.

Batalhões Rodo-Ferroviários

Fábrica de Tratores

DESDE 1933

A PROCEDÊNCIA GARANTE A QUALIDADE